

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE

Informações ao candidato:

- Para a realização deste exame, você está recebendo este CADERNO DE QUESTÕES. No momento oportuno, lhe será entregue a sua FOLHA DE RESPOSTAS personalizada.
- Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES possui 20 (vinte) questões OBJETIVAS, numeradas de 01 a 20. E 01 (uma) questão ABERTA SUBJETIVA. Do contrário, solicite outro ao FISCAL, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva, existe apenas uma resposta correta, que deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS, com caneta esferográfica de tinta preta, conforme modelo nela exposto.
- NÃO DEIXE DE ASSINAR A SUA FOLHA DE RESPOSTAS.
- Você terá 03(três) horas para responder a todas às questões objetivas e questão e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS e elaborar o texto da questão aberta subjetiva.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

- Nenhum candidato poderá sair da sala antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova com o caderno de questões.

- O PORTE de quaisquer fontes de consulta, aparelhos de comunicação, inclusive telefone celular e/ou de registro de dados, a qualquer momento, caracteriza TENTATIVA DE FRAUDE, procedendo-se à retirada imediata do candidato e a sua ELIMINAÇÃO SUMÁRIA do certame. Será igualmente excluído o candidato surpreendido em comunicação com outros candidatos.
- Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DA QUESTÃO ABERTA, devidamente ASSINADAS. A não devolução, implicará na eliminação do candidato. O CADERNO DE QUESTÕES somente poderá ser levado pelo candidato faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.
- Os 03 (três) últimos candidatos a concluírem a prova deverão sair juntos e assinar em local apropriado na ATA DA PROVA.
- Este CADERNO DE QUESTÕES e o GABARITO PRELIMINAR serão divulgados no dia 22/07/2015
- O candidato que desejar interpor recurso contra o Gabarito Preliminar, poderá fazê-lo até às 17h30min do dia 24 de julho de 2019.
- Quaisquer questionamentos ou reclamações sobre esta prova somente poderão ser feitos por meio de recurso. O Fiscal de Sala não possui prerrogativa para prestar esclarecimentos.

01 – Marque a alternativa correta. São atribuições do Conselho Tutelar:

- a) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para orientação, o apoio e a promoção social da família.
- b) Representar, em seu nome, contra violação dos direitos que garantem o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família por programas ou programações de rádio e televisão.
- c) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos e particulares nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- d) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas socioeducativas;
- e) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis exclusivamente na hipótese em que direitos reconhecidos pelo ECA forem violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta.

02 – Ao receber uma notícia de fato que constitua infração administrativa contra os direitos da criança ou adolescente, o Conselho Tutelar deve:

- a) Encaminhar ao Poder Judiciário;
- b) Representar junto ao Poder Judiciário;
- c) Representar junto ao Ministério Público;
- d) Encaminhar ao Ministério Público;
- e) Abrir uma sindicância e apurar os fatos para deliberar em colegiado.

03 - Um adolescente, sofre agressões verbais no dia a dia por parte de seu pai, um homem trabalhador do campo, sistemático, enérgico e sem estudo, que nunca se conformou com o fato do filho usar brincos e tatuagens. A referida hostilidade chegou ao ponto de causar dano ao filho que entrou em estado de depressão profunda, inclusive clinicamente diagnosticada. Constatada a realidade dos fatos acima narrados, assinale a afirmativa correta.

- a) Deverá haver representação perante o juízo competente, com a finalidade de afastar cautelarmente o pai da moradia comum com filho, sem que isso implique juízo definitivo de valor sobre os fatos – razão pela qual não é viável a estipulação de alimentos ao adolescente, eis que irreversíveis.
- b) Deverá haver representação perante o juízo competente, pois se assim entender poderá determinar o afastamento do pai da residência em que vive com o filho, como medida cautelar para evitar o agravamento do dano psicológico do adolescente, podendo, inclusive, fixar pensão alimentícia provisória para o suporte do filho.
- c) O fato em si não revela motivação legalmente reconhecida como suficiente a determinar o afastamento de pai da moradia comum, recomendando somente o aconselhamento pedagógico do pai.
- d) A situação mencionada revela circunstância de mero desajuste de convívio familiar, não despertando relevância criminal ou de tutela de direitos individuais do adolescente, obstando o alcance da Lei nº 8.069/90.
- e) Nenhuma das alternativas estão corretas.

04 – Verificado o fato de não haver operacionalização do cadastro do regime de acolhimento familiar no município, pode-se afirmar que:

- a) O Conselho Tutelar é competente para realizar representação em face da omissão do Juiz da Vara da Infância e juventude;
- b) O Conselho Tutelar não tem competência para realizar representação neste caso, ficando a cargo exclusivo do Ministério Público;
- c) Apenas o comissário da infância e Juventude tem competência para representar contra atos do Juiz da Vara da Infância e da Adolescência;
- d) Tem competência para representar o Conselho tutelar, o Ministério Público e o Comissário da Infância e Juventude contra a equipe técnica do acolhimento familiar;
- e) Cabe ao Juiz da Vara da Infância e Juventude do município julgar, se houver representação.

05 – Quanto aos princípios que regem a aplicação das medidas de proteção, marque a alternativa correta:

- a) Condição da criança da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos exclusivamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- b) Responsabilidade primária e solidária dos pais e do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes pelo ECA e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;
- c) Interesse da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses de uma comissão formada pelo juiz, promotores, equipe técnica interprofissional, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- d) Oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, independente do seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida;
- e) Proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.

06 – todas as alternativas estão corretas, exceto:

- a) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- b) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- c) A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento diferenciado.
- d) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- e) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

07 – Em relação as medidas aplicáveis pelo Conselho Tutelar, aos Pais ou Responsável, todas as alternativas abaixo são corretas, exceto:

- a) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- b) Advertência e encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, podendo alertar quanto a eventual representação de perda da guarda;
- c) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- d) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação com a suspensão da tutela;
- e) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado de dependência química.

08 – O sentido da expressão “**não jurisdicional**” mencionado no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação ao Conselho Tutelar, significa que:

- a) Não está submetido ao Poder Judiciário;
- b) Não está submetido ao Ministério Público;
- c) Não integra o Ministério Público;
- d) Não integra o poder Judiciário, pois possui caráter administrativo e está vinculado ao Poder executivo para efeitos de sua existência como órgão;
- e) Não exerce poder de polícia.

09 – A competência será determinada:

- a) Pelo domicílio exclusivo dos pais;
- b) A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente;
- c) Pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente;
- d) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade policial do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção;
- e) Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária do local da sede municipal da emissora ou rede, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissora do respectivo estado.

10 – A garantia de prioridade à criança e ao adolescente compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro exclusivamente em situações de emergência;
- b) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- c) Precedência em conjunto com idoso de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- d) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas em conjunto com o idoso e a pessoa com deficiência;
- e) Prioridade absoluta à criança.

11 – No tocante às decisões do Conselho Tutelar.

- a) As decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas mediante instauração de processo administrativo emanado do CMDCA, já que este órgão tem poder fiscalizador.
- b) As decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas pela autoridade judiciária mediante processo administrativo, a pedido de quem tenha legítimo interesse;
- c) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de qualquer pessoa que tenha interesse na causa;

- d) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- e) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por seu próprio colegiado.

12 – Assinale a alternativa **correta** em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos privados.
- b) Os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão remeter ao Conselho Tutelar, no máximo a cada 30 (trinta) dias, relatórios circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido.
- c) As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas na Justiça da Infância e da Juventude, a qual comunicará o registro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) As entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação.
- e) O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado aos pais da criança ou do adolescente, para todos os efeitos de direito.

13 – Em uma situação hipotética, o Conselho Tutelar recebeu a notícia que uma criança dependente de substância psicoativa, entrou em uma residência, assassinou o morador idoso e roubou dinheiro e objetos encontrados na casa, para manter o seu vício. Após a constatação e comprovação dos fatos, qual a medida mais indicada abaixo, a ser tomada:

- a) Havendo flagrante de ato infracional, o referido menor deve ser conduzido diretamente para presídio local, caso não haja estabelecimento de internação;
- b) Havendo flagrante de ato infracional, o referido menor deve ser conduzido para o presídio local, apenas por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária;
- c) Havendo flagrante de ato infracional, o referido menor deve ser conduzido para o estabelecimento de internação, apenas por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária;
- d) Havendo flagrante de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao referido menor, apenas as medidas sócio-educativas, que melhor forem adequadas ao caso;
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

14 – Quando for detectada ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou do responsável ou em razão de sua conduta, aplicar-se-á:

- a) Medidas de proteção;
- b) Medidas sócio-educativas;
- c) Medidas de proteção e sócio-educativas;
- d) O encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- e) A orientação, apoio e acompanhamento temporários;

15 – Quanto à autorização para viajar, marque a alternativa correta:

- a) É permitida a viagem desacompanhada sem autorização, a partir de 12 anos, para qualquer lugar do País;
- b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 anos poderá viajar desacompanhado dos pais ou de responsáveis sem expressa autorização em voos nacionais;
- c) Não será exigida, quando acompanhada de pessoa maior, se houver autorização verbal pela mãe;

- d) Não será exigida nenhum tipo de autorização, estando o adolescente acompanhado de um dos pais, para viajar de férias à “Disney”(Estados Unidos);
- e) Alternativas “a” e “b” estão incorretas.

16 – Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

- a) Em período noturno, perigoso, insalubre ou penoso, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- b) Em período noturno, perigoso, insalubre ou penoso, realizado entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- c) Em período noturno, perigoso, insalubre ou penoso, realizado entre as vinte horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- d) Em período noturno, cujos locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, realizado entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- e) Em período noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

17 – Marque a alternativa incorreta:

- a) É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente;
- b) A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- c) As obrigações previstas na Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados;
- d) A observância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos desta Lei;
- e) Uma das alternativas acima está incorreta.

18 – Referente aos Serviços Auxiliares destinados a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, marque a alternativa correta:

- a) Compete à equipe interprofissional dos CRAS dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico;
- b) Compete à equipe interprofissional do CREAS dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico;
- c) Compete à equipe interprofissional do Conselho Tutelar dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico;

- d) Compete à equipe interprofissional da Vara da Infância e Juventude dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico;
- e) Compete à equipe interprofissional do SUS dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico;

19 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) não veda que lei municipal estabeleça mecanismos internos e externos de controle da atuação dos conselheiros tutelares individualmente considerados, regulamentando a forma de aplicação de sanções administrativas àqueles que, por ação ou omissão, descumprem seus deveres funcionais.
- b) O sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, concebido pela Lei n. 8.069/90, não é hierarquizado, havendo apenas profissionais e autoridades diversas com funções distintas.
- c) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deve ser estabelecido em resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e realizado sob a responsabilidade do Poder Judiciário, com a fiscalização do Ministério Público.
- d) É de atribuição do Conselho Tutelar, assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- e) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

20 - De acordo com o artigo 91 do ECA:

- a) As entidades governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade ;
- b) As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade;
- c) As entidades governamentais e não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade;
- d) As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Tutelar, o qual comunicará o registro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à autoridade judiciária da respectiva localidade;
- e) As entidades governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Tutelar, o qual comunicará o registro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

PROVA ABERTA SUBJETIVA - RELATÓRIO
(Atenção: Redigir com caneta esferográfica tinta preta)

Situação fictícia: A Polícia Rodoviária Federal em uma blitz de rotina, abordou um caminhoneiro e junto com ele foi encontrado um casal de adolescentes, além de drogas ilícitas, dentro da cabine do veículo. Perguntado sobre os menores, respondeu que apenas estava oferecendo uma carona, já que estes o pediram. Indagado os menores, estes responderam que eram namorados, e que estavam fugindo de casa escondidos, já que a família não aceitava o relacionamento. Nesse sentido, o Conselho Tutelar foi acionado para tomar as providências cabíveis.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, elabore um Relatório Técnico, dirigido à autoridade competente, em relação ao caso acima narrado. (limitado ao número máximo de 50 linhas, caso necessário)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
20	
21	
22	
23	

Assinatura do Candidato:

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

Nome Completo do Candidato: _____

Número de Identidade do Candidato: _____

Assinatura do Candidato: _____